

SER Social

COMUNICAÇÕES E
POLÍTICAS SOCIAIS

Brasília (DF), v. 27, nº 56, de janeiro a julho de 2025

Alvo juventudes: do sangue nas ruas ao ódio na *internet*

Targeting youth: from blood in the streets to hate on the internet
La juventud en el punto de mira: de la sangre en las calles al odio en *internet*

Giovane Antônio Scherer¹

<https://orcid.org/0000-0003-3847-7202>

Israel Silveira Rocha²

<https://orcid.org/0009-0004-0137-8424>

Recebido em: 23/09/2024

Aprovado em: 14/11/2024

Resumo: A relação entre o discurso da mídia e os direitos das juventudes pode ser evidenciada mediante a concepção de fatores como a estereotipagem desse segmento social e a proliferação da ideologia entre os espectadores. Este artigo objetiva compreender como o referido enunciado se reflete

1 Professor de graduação em Serviço Social no Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP) da UFRGS. Possui doutorado, mestrado e graduação em Serviço Social, com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9562419488036506>>. E-mail: <giovaneantonioscherer@gmail.com>.

2 Pesquisador no Grupo de Estudos em Juventudes e Políticas Públicas (GEJUP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/CNPq. Mestrando em Política Social e Serviço Social na UFRGS. Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9440293093662584>>. E-mail: <israelsilveirarochoa@gmail.com>.

nas dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros. Para isso, os dados obtidos estão divididos entre a rua e a *internet*. Na rua, apresentam-se números que retratam a violência sofrida tanto na dificuldade de acesso a direitos quanto nos homicídios. Na *internet*, os dados demonstram a aceitação do discurso da mídia pelos espectadores, que não somente concordam como também disseminam as informações. Percebe-se no citado fenômeno a plena relação entre a hegemonia do capital e a não efetividade dos direitos dos jovens, ocasionadas pela ação do mercado da mídia e da publicidade, bem como de seus agentes, culminando na violência identificada nas ruas e na *internet*.

Palavras-chave: discurso da mídia; juventudes; violência; capitalismo; juvenicídio.

Abstract: The relationship between media discourse and youth rights can be demonstrated by considering factors such as stereotyping of this social segment and the proliferation of ideology among viewers. This article aims to understand how this statement is reflected in the difficulties faced by young Brazilians. To this end, the data obtained are divided between the streets and the internet. On the streets, figures are presented that portray the violence suffered both in terms of difficulty in accessing rights and in homicides. On the internet, the data demonstrate the acceptance of media discourse by viewers, who not only agree but also disseminate the information. In the aforementioned phenomenon, we can see the full relationship between the hegemony of capital and the lack of effectiveness of youth rights, caused by the action of the media and advertising market, as well as its agents, culminating in the violence identified on the streets and on the internet.

Keywords: media discourse; youths; violence; capitalism; juvenicide.

Resumen: La relación entre el discurso de los medios y los derechos de los jóvenes se puede resaltar considerando factores como los estereotipos de este segmento social y la proliferación de ideologías entre los espectadores. Este artículo tiene como objetivo comprender cómo la afirmación mencionada se refleja en las dificultades que enfrentan los jóvenes brasileños. Para ello los datos obtenidos se dividen entre la calle e internet. En la calle se presentan números que retratan la violencia sufrida tanto en la dificultad de acceso a derechos como en

los homicidios. En *internet*, los datos demuestran la aceptación del discurso mediático por parte de los espectadores, quienes no sólo están de acuerdo sino que también difunden la información. En el fenómeno mencionado se puede ver la plena relación entre la hegemonía del capital y la ineficacia de los derechos de los jóvenes, provocada por la acción de los medios y el mercado publicitario, así como de sus agentes, culminando en la violencia identificada en la calles y en *internet*.

Palabras clave: discurso mediático; juventud; violencia; capitalismo; juvenicidio.

Reflexões iniciais

Ser jovem no Brasil se configura como um desafio diário. Não se fala, no texto a seguir, das dificuldades enfrentadas na busca por trabalho e renda, ainda que a taxa de ocupação de jovens esteja em 50,5% ou que a informalidade já tenha alcançado 6,3 milhões de jovens.³ Também não está em pauta a dificuldade das juventudes em concluir a educação básica, como demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devidamente colhidos pela Fundação Roberto Marinho,⁴ segundo os quais 19,9% dos jovens entre 15 e 29 anos não concluíram a referida etapa educacional. Nosso objetivo, neste estudo, é enfatizar as dificuldades dos jovens brasileiros no acesso a uma cláusula pétrea da Constituição Federal, mais especificamente estabelecida no artigo 5º, sobre o direito à vida. Ainda que entendamos que o referido direito não se limita a uma sobrevivência meramente biológica, mas garante (ou deveria garantir) condições dignas de existência, os apontamentos que serão apresentados a seguir demonstram que parte dessa parcela populacional não consegue sequer alcançar a geração adulta.

No mesmo sentido, compreende-se que as comunicações, como formas de gerar estereótipos juvenis, constituem uma das parcelas que compõem o mencionado fenômeno de distanciamento dos direitos. O espetáculo produzido pelos canais de massa, como a televisão, representa não somente uma ideologia em um espaço que deveria ser pautado pela

3 Pesquisa: “Os jovens e o trabalho: sua inserção e reflexões para o futuro”. Ministério do Trabalho, maio/2024. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Pesquisa-Empregabilidade-Jovem-Brasil-2024_-Atualizada.pdf>.

4 Disponível em: <<https://www.frm.org.br/090d17af-7bf4-459a-901d-e02660e9659b>>. Acesso em: set. 2024.

ética e pela democracia (visto que se trata de uma concessão pública), mas também traz os anseios do capitalismo, que domina os monopólios de comunicação e pressiona para que a informação ofertada ao telespectador seja aquela que melhor se adapta aos interesses do capital e de seus detentores.

Os percalços que dificultam uma sequência natural da vida são inúmeros e se fazem presentes há anos. Seja por decisões tomadas no âmbito da política ou da economia, é o pobre, negro e morador de regiões periféricas quem mais sofre com suas consequências. Dados apresentados na continuidade deste estudo demonstram que há um abismo entre as oportunidades de vida quando comparamos pessoas por raça e classe. Tal dubiedade, inegavelmente correlata, é uma herança marcada por escravidão, ditadura e o medo do branco brasileiro em relação à onda negra.⁵ Além disso, a ofensiva neodireitista, que caminha de mãos dadas com o fascismo e a economia ultraneoliberal, também pode ser instituída como uma das autoras de tamanha segregação social.

A forte agudização do neoliberalismo no Brasil após o golpe de 2016 tem um programa político apoiado na linha conservadora e conta com objetivos muito bem definidos e projeções de alavancar o capital e seus detentores. Com isso, a “Nova Direita”, em um viés autoritário e regressivo, traz para o País uma ameaça à democracia, pois é por entre as brechas do referido sistema que, marcado por contradições, ela pode “fazer incidir no Estado os interesses e as reivindicações imediatos das populações” (PASSOS; TEIXEIRA, 2023). Nesse sentido, se visualiza a ação conservadora de atacar a democracia e seus agentes, a fim de cada vez mais diminuir o aparato social do Estado.

Diante destas breves notas introdutórias, pode-se constatar que são diversos os agentes que contribuem para a segregação social das juventudes. Essa diferenciação, que é realizada por motivos incoerentes, como raça, gênero, cor e classe, é integrante de processos de violências sofridas por jovens. Contudo, a negativa de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, renda e moradia, também se configura como uma violência, não somente por dificultar as trajetórias de vida, mas também por dissipar projetos de futuro. Portanto,

5 Enquanto a “onda negra” remete à presença crescente da população negra na sociedade, o “medo branco” representa as ansiedades e apreensões das elites brancas em relação a essa mudança demográfica e social. Disponível em: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *“Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX”*. São Paulo: Annablume, 2004.

compreende-se como objetivo deste estudo o entendimento de como a violência age nas trajetórias de vida das juventudes brasileiras. Para buscar concepções que respondam a tal indagação, o estudo se debruça em dados sobre a violência nas ruas, por intermédio de estatísticas já publicadas, mas também por uma análise de discurso dentro do campo da *internet, terra* onde seus perfis possuem autonomia e uma liberdade que vai além da expressão.

Pelos dados, a violência não tem dia, local e nem hora, mas tem um alvo, chamado de *juventudes*. O estereótipo gerado e difundido por determinados agentes e programas da comunicação em massa vem como um disseminador de imagens, por vezes distorcidas, que servem para atender aos anseios do capital, mantendo as estruturas sociais cada vez mais distantes. Por outro lado, o setor da publicidade vende a juventude como fonte inesgotável de beleza, vitalidade e empoderamento, algo que poderia ser positivo, se não se tratasse de uma objetificação de corpos jovens, tendo como resultado final a manutenção do capitalismo e dos seus meios de produção.

Cabe salientar que as possibilidades dos jovens brasileiros não se esgotam nestas aqui mencionadas, mas ambas tratam de temáticas que afetam diretamente a vida e, por consequência, sua inserção nas políticas sociais, devendo, portanto, receber olhar analítico da academia e dos demais setores que se debruçam sobre o tema para a compreensão dos fatores juvenis.

O passado violento que atravessa o presente

Regressar alguns ou todos os anos pode ser uma forma de trazer como objeto central da segregação e da desigualdade social a violência no Brasil, pois, desde a sua invasão ou o que alguns chamam de descobrimento, nossos povos originários sofreram na pele e na alma a brutalidade machista dos europeus. Minayo (2006) ressalta que, desde o primeiro desembarque em solo brasileiro, as mulheres indígenas que aqui viviam sofreram a violência do estupro, ocasionada pelo desejo insano dos portugueses, que não buscavam nessas mulheres qualquer traço de personalidade ou cultura. Assim, a sempre louvada miscigenação brasileira inicia seu processo desenvolvimentista marcada pela violência e pelo descaso com as mulheres e seus saberes. A utilização do corpo feminino como uma mercadoria não ficou somente naquela época. Da

mesma forma, mulheres negras escravizadas eram obrigadas a servir aos seus senhores e, se porventura concebessem um filho decorrente do abuso, sofriam novamente uma violência e eram apartadas de suas crias como qualquer outro animal que ali vivesse.

Ao focarmos o olhar em nossa realidade atual, podemos perceber uma estreita relação com os processos violentos e abusivos descritos: o abandono afetivo de pais, que permanecem utilizando os corpos femininos para seu próprio prazer e fogem da responsabilidade da criação paterna. Em um levantamento realizado em 2022,⁶ estima-se que 11 milhões de mulheres criam seus filhos sozinhas no Brasil.

Se, em nossa própria formação enquanto indivíduos e sociedade, são percebidos traços de violência, como negar um presente atravessado por essas práticas? Os dados que serão debatidos ao longo do presente artigo demonstram que a violência alcançou não somente patamares maiores, como também expandiu suas vítimas e qualificou seus algozes como sujeitos ainda mais cruéis.

Ao pesquisarmos as definições de violência nos campos da pesquisa e da ciência, podemos obter uma diversidade de conceitos, que expressam suas variações em várias áreas do conhecimento. Para este artigo, optamos pelo conceito generalizado de violência, instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2002,⁷ que consiste no “uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. Sem a intenção de desmerecer outras formas, para este estudo, os processos de violência elencados estarão sob o viés do poder real tanto da mídia quanto dos espectadores, uma vez que os destinatários da mensagem deixam de ser meros receptores passivos, mas sim “sujeitos capazes de experiência e portadores de cultura” (MASSIMI, 2008, p. 474).

Retomando-se a questão da violência e buscando-se ir além de sua conceituação, torna-se relevante entender os motivos, as causas e até mesmo as sensações despertadas nesses processos violentos. Não é à toa que pessoas agem com raiva, ódio ou qualquer outro sentimento que

6 Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos>>. Acesso em: set. 2024.

7 Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: set. 2024.

esteja ligado à violência. É preciso entendê-la como racional e repleta de significados; do contrário, torna-se inviável conhecer suas circunstâncias e seus contextos, abrindo-se mão de uma análise essencial da violência: seu sentido, sua forma e seus significados (COSTA, 2011, p. 357). No mesmo sentido, Vázquez (1977) nos lembra da necessidade de compreender a violência enquanto constituidora do modo de produção capitalista, pois perde-se de vista que essa violência, que aparece claramente na superfície dos fatos e que é vivida diretamente, é a expressão de uma violência mais profunda: “a exploração do homem pelo homem, a violência econômica a serviço da qual ela está” (VÁZQUEZ, 1977, p. 395).

Diante do contexto histórico evidenciado, no qual se percebe a presença da violência desde a formação social do Brasil, bem como sua conceituação e a incógnita de seus significados e sentidos, cabe um questionamento além do campo teórico: na prática, quem sofre a violência? Afinal, se houver uma condensação, por meio da qual sejam generalizadas as vítimas de violência, estariam sendo deixados para trás dados demográficos de extrema relevância, uma vez que pesquisas no campo social apontam um movimento massivo de sofrimento e crueldade vivenciado por uma parcela específica de brasileiros. É sobre esse viés que os estudos sociais devem se debruçar, pois uma fatia considerável da população segue cada vez mais distante dos seus direitos, em uma agressão direta à Constituição Federal e, sobretudo, aos projetos de vida de quem nem sequer ousa sonhar.

A violência, ainda que presente desde os primórdios no Brasil, tem sofrido mutações consideráveis. Suas formas, por vezes, tomam outras proporções, no intuito de ludibriar e alcançar seus efeitos sem que seja decepada pela justiça. Contudo, independentemente da expressão que seja identificada, todas possuem o que Silva (2009) vai chamar de “pano de fundo” em comum: a violência estrutural. De forma discreta, ela sustenta as desigualdades sociais e a pobreza, envolvendo valores e normas necessárias ao desenvolvimento do capital. Ainda que não se trate de um fenômeno exclusivo do modo de produção capitalista, acentua-se com a dinâmica da atual ordem societária (SILVA, 2009).

Uma das mutações mais complexas e instigantes da violência está no discurso de ódio proferido na *internet*. Esse lócus virtual, cuja interação pode ser realizada sem que seja necessário mostrar a face e nem mesmo o nome, torna-se um âmbito de proliferação de notícias e de discursos. Não cabe aqui uma crítica à *internet* ou às suas redes

sociais, uma vez que, durante grande parte do tempo, são utilizadas para a disseminação do conhecimento e o fácil acesso a conexões que há pouco tempo eram consideradas impossíveis. Contudo, uma parte de sua população utiliza as ferramentas virtuais como armas legitimadas com um intuito oposto ao de promover uma interação saudável e adequada.

Para Santos e Silva (2016, p. 5), o discurso de ódio é a “prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias ou, ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade”. Os dados devidamente explicitados na etapa empírica retratam exatamente a realidade apresentada, calcada no estereótipo que está presente na sociedade e é reproduzido *on-line*. Nesse sentido, compactua-se com Tiburi (2016, p. 32), quanto ao paralelo violento identificado em ambos os espaços da sociedade (nas ruas e nas redes), quando afirma que, “se o ódio irrompe no seio da sociedade civilizada em seu estágio tecnológico e, em nossa época, no ápice da tecnologia, que é o digital, é porque, de algum modo, ele é parte dessa sociedade”.

O mesmo discurso, por vezes menosprezado, por não estar vinculado a uma ação palpável da violência (como a agressão, o xingamento, o estupro, entre outros), precisa da atenção dos pesquisadores das mais diversas áreas. A Comunicação, a Política Social, o Direito, a Sociologia, a Psicologia e tantas outras áreas do conhecimento devem intensificar seus estudos com base no mesmo viés, pois o

discurso de ódio e intolerância na *internet* precisa ser visto como uma violação de direitos humanos, mas também como um risco à construção de uma esfera pública virtual democrática, plural. Esse tipo de violações de direitos nas redes sociais digitais pode silenciar opiniões e pontos de vista diferentes. E calar aqueles que já sofrem violações de direitos cotidianamente, como o caso de LGBTQIs, negros, quilombolas, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros segmentos populacionais historicamente subalternizados (QUADRADO; FERREIRA, 2020, p. 426).

É diante dessas duas expressões da violência no Brasil que os estudos deste artigo se debruçarão. De maneira a novamente ressaltar o não esgotamento das demais formas violentas, considera-se essencial buscar os dados presentes nas ruas, onde jovens sofrem constantes e

variadas agressões, bem como analisar o discurso de ódio nas redes, em comparação com a ação truculenta da rua.

Metodologia

Para buscar atender ao objetivo proposto neste estudo, que é o de compreender como a violência age na trajetória das juventudes brasileiras, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e de análise crítica do discurso (ACD) (DIJK, 2005). O enfoque que melhor se ajusta é o qualitativo, que tem uma abordagem descritivo-exploratória.

A pesquisa bibliográfica cumpre o propósito de trazer à tona os dados estatísticos que demonstram como a violência é aplicada nas ruas e sofrida pelas juventudes. Trata-se de uma técnica que está presente durante todo o texto, não se limitando à etapa de análise de dados. Contudo, considera-se como essencial, uma vez que tem a missão de responder parte do objetivo do estudo, não se configurando como mera revisão teórica de materiais já existentes.

Para atender à necessidade de compreensão da violência por meio da *internet*, a técnica entendida como adequada para o estudo foi a análise crítica do discurso (DIJK, 2005), considerada pelo próprio autor como uma disciplina que estuda o contexto discursivo de forma interdisciplinar, indo além do discurso proferido, sendo uma composição de diversos fatores e conectada com o social. Para Dijk (2005), a ACD possui uma dimensão sociocognitiva, de modo a formar um tripé entre o discurso, a cognição e a sociedade, de maneira a enfatizar que tudo permanece interligado, não sendo possível separar as categorias.

Uma das temáticas de destaque na ACD é o racismo. O autor compreende o tema como tendo uma importante função na reprodução das práticas segregadoras. Contemplando qualquer prática discriminatória étnica que reproduza a dominação de uma classe sobre outra, o racismo é interpretado como uma prática social que ocorre no nível social e cognitivo, de forma tal que corrobora o tripé da análise proposta por Dijk (2005). Compreende-se, portanto, que esta modalidade de análise se configura como adequada e, mais do que isso, essencial para a compreensão dos discursos coletados.

A coleta de dados foi realizada no programa jornalístico: “Alerta Nacional”, veiculado diretamente pela RedeTV! Sua escolha se deu pelas

polêmicas que envolvem seu âncora e os constantes ataques aos direitos humanos durante suas reportagens de cunho policial. O recorte temporal foi o ano de 2022, que constituiu um período atípico, marcado pelas eleições nacionais e pela polarização entre ideologias políticas. Em 260 programas, foram encontradas 139 reportagens que traziam os jovens como autores de crimes ou de atos infracionais. Para que seja possível analisar o discurso de ódio proferido pela *internet*, serão utilizados os comentários dos espectadores, proferidos durante a veiculação do programa ao vivo, que acontece de forma concomitante pela plataforma de vídeos *YouTube*. Com a utilização do recorte das reportagens mencionadas, foram reproduzidos 499 comentários, que são apresentados neste estudo mediante as categorias de *violência* e *discurso de ódio*.⁸ Para que se atenda à proposta da ACD, durante a análise também serão trazidos dados identificados no programa que corroboram as interpretações do discurso de ódio proferido pelos espectadores. Tais dados estão sendo obtidos por meio de uma dissertação de mestrado em uma universidade federal.

Nas ruas

Para ingressarmos, de fato, na violência escrachada das ruas, cabe antes conceber algumas reflexões sobre a população brasileira. De forma breve, serão contextualizados os acessos aos direitos por uma parte específica de brasileiros, conforme relata o IBGE (2022).⁹ A população brasileira está dividida entre pretos (47%), brancos (43%) e pardos (9%). Contudo, a realidade no acesso a algumas políticas demonstra grande desigualdade entre as raças. O IBGE também realizou um estudo¹⁰ no qual trata exclusivamente das desigualdades sociais por cor ou raça, de modo que traremos dele algumas informações, que serão apresentadas a seguir. Na educação, área que sofreu alterações consideráveis no período pandêmico, alunos de 6 a 17 anos tiveram dificuldades no acesso aos conteúdos em 2020, uma vez que o ensino foi ministrado na modalidade virtual. A quantidade de estudantes brancos com essa dificuldade foi de 6,8%, enquanto os pardos somaram 13,5%, e pretos, 15,2%. São dados que refletem a dificuldade de acesso de parte da população, seja por

8 Há uma quantidade expressiva de dados extras, que não poderão ser abordados neste artigo, por causa de sua tipificação textual. Tais dados estarão expostos na dissertação de mestrado já mencionada.

9 Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: set. 2024.

10 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em: set. 2024.

ausência de rede de *internet* ou por falta de equipamentos. São apresentados também índices sobre pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, que são aquelas que ganham menos de US\$ 5,50 por dia. Brancos somam 18,6%, pretos são 34,5% e pardos compreendem 38,4%. Diante de uma realidade na qual áreas como educação e saúde, embora constituam direitos fundamentais, apresentam dificultada acessibilidade a quem mais necessita delas; na qual áreas como cultura, lazer e esportes têm preços altos, gerando, assim, uma elitização do consumo; na qual o transporte público é limitado às zonas centrais e aos horários nobres; diante disso tudo, qual é a solução para que pessoas em situação de vulnerabilidade social possam efetivamente ter acesso aos seus direitos?

Dados como esses demonstram que a violência está presente nos mais diversos segmentos sociais. Contudo, é possível verificar que sua ação tem maior intensidade e está mais direcionada à população negra, pobre e periférica. Os índices relacionados à violência demonstram que a parcela da população que mais morre no Brasil é a preta e a parda, com taxas de 21,9 e 34,1 a cada 100 mil habitantes, enquanto brancos representam 11,5. Nesses dados, quando se referem ao recorte etário, é possível identificar que os jovens (de 15 a 29 anos) são as maiores vítimas de homicídio, uma vez que representam 96,7 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto outras faixas etárias representam 44,7 e 13,2. De modo a acompanhar a taxa geral de violência, os jovens que mais morrem permanecem sendo os pardos e os pretos, cujos índices são de 136,5 e 94,4, respectivamente, enquanto os brancos totalizam 41,6.

Há, em âmbito nacional, uma relevância em relação ao jovem, dada por diversos motivos (PERONDI, VIEIRA, 2018). Aqui, serão elencados os três motivos considerados como os principais para a contextualização do público que será apreciado na pesquisa. O primeiro está relacionado à demografia, uma vez que, desde a década de 1980, há um índice crescente de jovens no Brasil. De acordo com o último Censo do IBGE, os jovens já somavam 27% de toda a população. O segundo fator tem relação com a violência, porque os jovens estão, por diversas vezes, relacionados com a criminalidade, razão pela qual sofrem, inclusive, o maior número de mortes violentas. Conforme o Atlas da Violência de 2024,¹¹ são assassinados 62 jovens por dia no Brasil. No mesmo período, dos 46.409 homicídios ocorridos, 49,2% vitimaram pessoas dessa faixa

11

Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>>. Acesso em: set. 2024.

etária. O terceiro fator está relacionado à comunicação e à revolução digital, uma vez que se trata de uma realidade que se caracteriza como uma nova forma de agir, mediada pela tecnologia, o que cria uma cultura diferente de se relacionar socialmente. Percebe-se uma estreita relação entre os motivos elencados pelos autores e os temas que serão abordados nesta pesquisa, o que justifica não somente a relevância da temática, mas também a necessidade de estudá-la e buscar uma compreensão desse fenômeno chamado *juventudes*.

Convém retomar o assunto da violência contra os jovens, pois os dados divulgados pelas pesquisas mencionadas são um importante conglomerado de informações. Diante de tanta violência, Valenzuela (2015) cunha o termo *juvenicídio* para tratar das mortes de jovens no México. Ainda conforme Valenzuela (2015), o juvenicídio não se restringe ao ato de como a morte acontece, mas também tem relação com o contexto em que o jovem viveu, com suas condições de vida precarizada, com sua não inserção em programas sociais e, conseqüentemente, com sua dificuldade no acesso aos direitos, de modo que sua existência seja um processo marcado pela constante luta pela sobrevivência. Nesse sentido, Scherer e Perondi (2018) trazem dois recortes de juventudes que sofrem a violência de forma direta: as pessoas pretas e as mulheres. Os autores, ao reconhecerem os avanços de políticas e ações de enfrentamento nas duas categorias, também enfatizam a necessidade de fortalecer a luta antirracista e feminista, dando visibilidade aos temas, promovendo políticas públicas e agindo em conexão com os movimentos sociais.

De um lado, a retração estatal, que, por falta de políticas públicas, limita as oportunidades das juventudes (ocasionando uma das formas de juvenicídio); e, por outro, uma comunicação calcada no viés da violência como difusora dos ideais que se relacionam com a racionalidade neoliberal. Mais do que a arma apontada para a sua cabeça, o jovem tem seus sonhos destruídos e sua ambição de vida jogada no lixo, de maneira que vê qualquer oportunidade de crescimento cada vez mais distante.

Nas redes

A pesquisa empírica utilizada neste artigo faz parte de um sistema complexo de análise crítica do discurso midiático. Conforme foi mencionado no item que trata da metodologia, os objetos aqui estudados serão os comentários proferidos pelos espectadores durante a veiculação

diária do programa jornalístico *Alerta Nacional*. A interação acontece pelo *YouTube*, de modo que é possível perceber, de forma imediata, o apoio irrestrito ao que é tratado no programa. Todos os 499 comentários reproduzidos demonstram que as falas emitidas pelos jornalistas e convidados de forma intencional durante o programa estão de acordo com o pensamento de seus espectadores e condizem com a realidade de uma parte da sociedade brasileira. Todos os comentários foram proferidos durante a apresentação de reportagens que traziam o jovem como envolvido principal na execução de algum ato considerado infracional ou criminoso. Ou seja, foram excluídas as reportagens que traziam jovens em situação de vítimas, para que o resultado não fosse comprometido.

Ao se analisar o apanhado geral dos comentários, pode-se dividi-los em três macrocategorias: 1) discriminação; 2) violência e discursos de ódio; e 3) motivação política. A seguir, são apresentados exemplos de comentários pertencentes à categoria de *violência e discursos de ódio*, uma vez que o conteúdo completo extrapola o admitido em um artigo científico no formato atual.¹²

Na categoria de *violência e discursos de ódio*, o primeiro assunto a ser identificado é o apoio ao armamento e à validação da morte. Os comentários foram proferidos quando os espectadores entendiam que os envolvidos deveriam sofrer homicídio por conta dos seus atos.

Figura 1. Comentário cujo autor desejava a pena de morte, independentemente da idade do envolvido

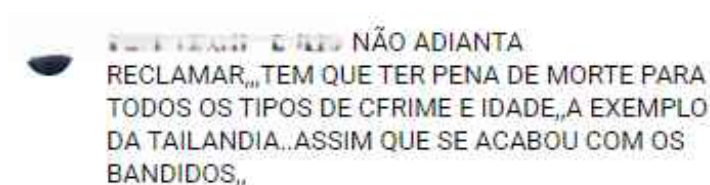
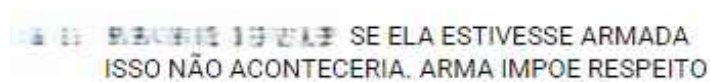


Figura 2. Comentário cujo autor aprovava a presença de armamentos em sala de aula



¹² Como já mencionado, a referida pesquisa pertence a um projeto de dissertação de mestrado, cujos dados serão utilizados integralmente no momento oportuno.

Figura 3. Desejo do espectador por reportagens que mostrassem as mortes dos envolvidos



Foram identificados também comentários que, apesar de não fazerem referência a homicídio e morte, retratam situações de crueldade, quando os espectadores entendiam como apropriado punir os envolvidos.

Figura 4. Punição a um adolescente que cometeu ato infracional

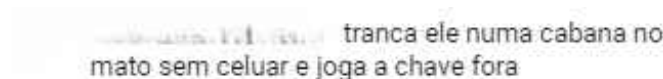


Figura 5. Sugestão de linchamento de um jovem que dançou com uma imagem cristã

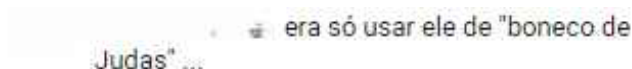
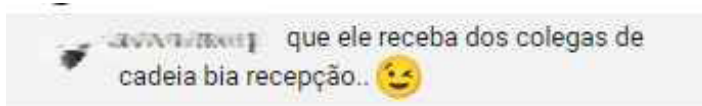


Figura 6. Fomento à violência dentro de penitenciárias



Nos comentários às reportagens, além dos discursos violentos contra os envolvidos, também foram identificados discursos de ódio cujos autores almejavam diminuir os direitos humanos e agredir personalidades políticas que atuam na proteção social. Uma grande parcela dos discursos se volta contra os jovens menores de 18 anos que cometem atos infracionais. Para os espectadores, seriam jovens que mereceriam um tratamento igual ou até mesmo pior do que aqueles que os adultos recebem em penitenciárias.

Figura 7. Apoio à redução da maioridade penal e ao aumento de penas máximas

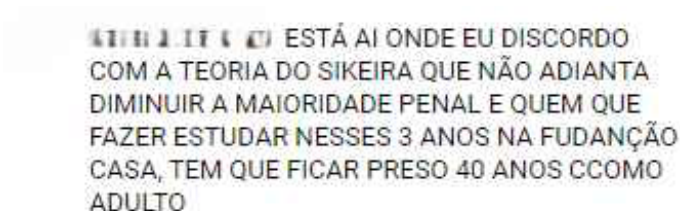
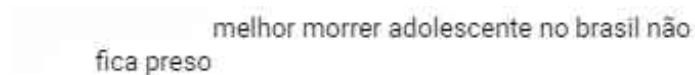


Figura 8. Apoio ao homicídio infantojuvenil



O ataque a personalidades políticas se dá de forma direta, sendo totalmente compactuado pelo programa analisado. O âncora, por diversas vezes, proferiu sua opinião política, inclusive levando para o estúdio de televisão o então candidato a presidente da República, Jair Bolsonaro, para apresentar suas propostas. Embora o pleito eleitoral contasse na época com 11 nomes, somente o referido candidato participou do programa, em uma atitude contrária ao processo democrático. Observou-se, então, um ataque a pensamentos que divergiam do espectro político defendido pelo candidato, tanto da parte do jornalista quanto do lado dos espectadores, seus fiéis seguidores.

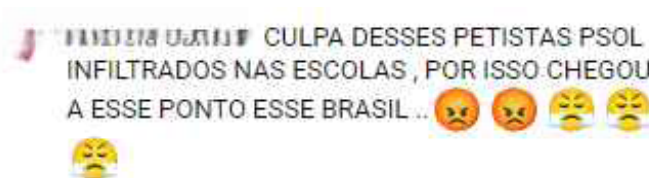
Figura 9. Críticas à educação, com menção a Paulo Freire



Figura 10. Críticas a adolescentes infratores, com uma sátira a Maria do Rosário, ex-ministra dos Direitos Humanos



Figura 11. Acusação de infiltração de partido de esquerda no ensino nas escolas



Outra percepção que merece destaque é a contradição entre o legislativo e a militarização. Os espectadores proferiram críticas a diversas leis existentes no Brasil, citando como referência os Estados Unidos da América, idealizado como projeto ideal de nação e segurança.

Ao mesmo tempo, apoiavam incondicionalmente as forças policiais e as escolas militares, citando-as como exemplos brasileiros.

Figura 12. Críticas aos magistrados brasileiros, com propagação de fake news

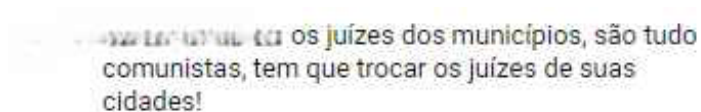


Figura 13. Críticas à lei e incentivo à prisão perpétua e à pena de morte, tal qual nos EUA

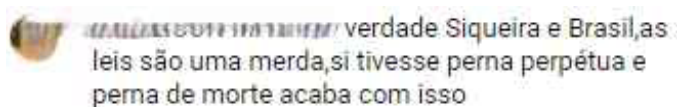


Figura 14. Apoio à atuação policial irrestrita

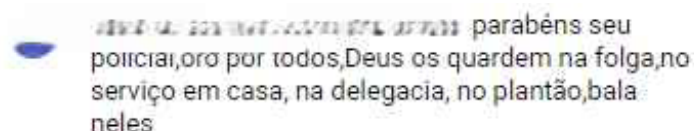
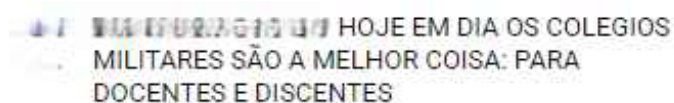


Figura 15. Exaltação dos colégios militares



O último segmento considerado relevante para este estudo, sem objetivar o esgotamento dos assuntos e tampouco das temáticas identificadas, se refere aos comentários de cunho religioso. Todas as variações estão relacionadas a Deus e ao Cristianismo e algumas manifestações colocam a referida divindade como a única solução para a insegurança enfrentada no Brasil. Trata-se de um posicionamento que se encontra alinhado ao programa em análise, uma vez que seu âncora inicia todas as edições fazendo uma prece e pedindo a proteção divina para ele, seus espectadores e suas famílias. O mesmo cunho religioso também é encontrado em diversos momentos das reportagens e dos comentários do jornalista.

Figura 16. Menção à teoria do anticristo e à “marca da besta”

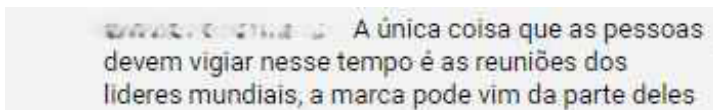


Figura 17. Defesa da família enquanto estrutura cristã

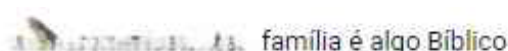


Figura 18. Comentário sobre o assassinato de quatro pessoas da mesma família



Nos comentários, há uma relação entre o anseio pela violência e a liberdade de julgamento. Ainda que distantes de um saber jurídico, os espectadores se qualificam como juízes capazes de não somente acusar e condenar, mas também de se envolver em outros assuntos, como política, economia e legislação brasileira. Razão pela qual Zaffaroni (2012) cunhou o termo “criminologia midiática” para se referir a uma propensa atuação da mídia, veiculada nos noticiários policiais, voltada para a construção de estereótipos criminalizadores frente a uma parcela da sociedade, atribuindo uma relação direta entre a imagem de quem fez com a imagem de quem “propensamente poderá fazer”. Assim, o discurso inicial da mídia já está sob o viés criminalizador e tem sua propagação imediata frente aos comentários dos espectadores, gerando uma teia sincronizada e legitimamente qualificada de menosprezo a classes e vidas juvenis.

A hegemonia da mídia na reprodução dos discursos dos espectadores está evidente. Seja pela discriminação, seja pela incitação à violência, seja pelos ataques aos direitos humanos, seja pelo viés religioso, a presença da ideologia que ora estava nas mãos do âncora do programa televisivo já pode ser visualizada na prática da sociedade. Assim, percebe-se uma estreita relação entre a comunicação e as políticas sociais, uma vez que, além do discurso, a prática social e as lutas de classe se relacionam com essa destruição de pautas e a manutenção do discurso voltado majoritariamente ao capital, sem oportunidades para

a luta por melhorias não somente aos jovens, mas a todos os segmentos sociais brasileiros.

(In)conclusões

O discurso midiático possui força e poder incontestáveis. Nenhum comentário se atrevia a questionar o que estava sendo dito na reportagem ou discordar de algo que ali estava. Mais do que isso, havia um apoio incondicional às pautas trazidas pelo programa e seu discurso não só era proliferado como também enriquecido. Contribuindo com o debate, Chauí (2006) ressalta que o poder exercido pelos meios de comunicação se dá por dois aspectos principais: o primeiro se refere ao quesito econômico, visto que se trata de uma empresa privada, que age em prol da reprodução do capital. O segundo se refere ao fator ideológico, que desaparece entre as representações ou imagens, convertendo-se em uma espécie de discurso anônimo e impessoal, como se fosse oriundo da sociedade ou, como Claude Lefort conceitua, como uma *ideologia invisível*.¹³

Repleto de ideologias, visíveis ou invisíveis, com força e poder de proliferação, calcado no viés capitalista, em constantes serviços à manutenção do capital, pode-se perceber, durante a redação deste artigo, que o discurso midiático pode ser considerado um fator relevante para as dificuldades enfrentadas pela juventude brasileira nas ruas e na *internet*. Os estereótipos formadores de opinião resultam em dificuldade de acesso aos direitos, menores chances de remuneração e baixa qualidade de vida: tudo imposto por uma imagem criminalizadora, que reflete somente o que os detentores dos meios de produção e dos meios de comunicação querem expressar.

Evidentemente, comunicação e políticas sociais são duas temáticas que, mesmo não tendo bases conceituais relacionadas, estão atreladas diretamente ao campo social. Torna-se necessário o aprofundamento dessa relação para que sejam identificados outros fatores condicionantes às juventudes no que tange às pautas de luta de classes e de hegemonia do capital. Se, de um lado, há uma parcela da comunicação que realiza esse serviço, por outro, veículos independentes servem para auxiliar a classe trabalhadora a reconhecer seus direitos e a lutar por condições dignas de vida. Ainda que pareça, nada está perdido. Seja nas ruas ou

¹³ Conceito amplamente difundido em: LEFORT, Claude. **Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas**. Estudos, São Paulo: CEBRAP, 1974.

na *internet*, os direitos dos jovens estão garantidos pela Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, pelo Estatuto da Juventude (2013). Renegar isso é um crime não somente contra a pátria, mas também contra o futuro brasileiro, que passa por mãos jovens, que, mesmo tendo suas vidas em risco, seguem na busca constante de novas esperanças.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, A. T. M. **Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo**. Caderno CRH, v. 24, nº 62, p. 353-365, maio 2011.

DIJK, Teun Adrianus van. **Discurso, notícias e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

LEFORT, Claude. **Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas**. Estudos, São Paulo: CEBRAP, 1974.

MASSIMI, M. **Persuasão e dinamismo psíquico**: uma perspectiva multidisciplinar e histórica. Psicologia USP, v. 19, nº 4, p. 467-476, out. 2008.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PASSOS, Talita Kelly de Sousa; TEIXEIRA, Solange Maria. ‘Caça às bruxas’ neodireitista: rechaço à democracia e às políticas sociais. In: **Revista Argumentum**, Vitória, v. 15, nº 1, p. 271-285, jan./abr. 2023. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34077/27066>>. Acesso em: out. 2023.

PERONDI, Maurício; VIEIRA, Patrícia Machado. A construção social do conceito de juventudes. In: PERONDI, Maurício et al. (orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos**: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 49-62.

QUADRADO, J. C.; FERREIRA, E. S. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálisis**, v. 23, nº 3, p. 419-428, set. 2020.

SANTOS, M. A.; SILVA, M. T. M. Discurso do ódio na sociedade da informação: preconceito, discriminação e racismo em redes sociais.

In: **Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE**, 22, 2013, São Paulo, Anais [...]. Florianópolis: **Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade**, 2013, p. 82-99.

SCHERER, Giovane Antonio; PERONDI, Maurício. O juvenicídio e a retração de políticas públicas: reflexões sobre a mortalidade juvenil no contexto brasileiro. In: PERONDI, Maurício et al. (orgs.). **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 105-120.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. São Paulo: UNESP, 2009.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

VALENZUELA, José Manuel (org.). **Juvenicidio**: Ayotzinapa y las vidas precarias em América Latina y España, NED Ediciones. Barcelona, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar**. São Paulo: Saraiva, 2012.